

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16693 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 10 - Ensino Fundamental

Desigualdades Escolares no Ensino Fundamental: análise de indicadores do Planalto Serrano de Santa Catarina a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024

Deise Andreia Enzweiler - IFSC - Campus Garopaba

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

DESIGUALDADES ESCOLARES NO ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DE INDICADORES DO PLANALTO SERRANO DE SANTA CATARINA A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024

RESUMO: O objetivo é analisar indicadores educacionais relativos à garantia do direito à educação na etapa do Ensino Fundamental no vigente PNE 2014-2024. Como objetivo específico, prevê analisar a produção de desigualdades escolares na Educação Básica, com foco na etapa do Ensino Fundamental na região do Planalto Serrano de Catarina, a partir das metas estipuladas pelo PNE. A materialidade analisada toma como parâmetro indicadores apresentados no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2022) e tem como foco a Meta 3, relativa à etapa do Ensino Fundamental e demais bases de dados públicas nacionais e estaduais. A proposta indica a conjugação de dados de pesquisa já concluídos e em andamento sobre a temática das desigualdades escolares na perspectiva da democratização escolar. O foco das análises está nas variáveis de ordem geográfica, que abarcam distintos territórios e regiões nacionais. A partir da análise de dados regionais do estado de Santa Catarina (Planalto Serrano), infere-se que há locais vulneráveis invisibilizados pela condição estatística destaca do respectivo estado no cenário nacional.

Palavras-Chave: Desigualdades Escolares; Plano Nacional de Educação; Ensino Fundamental; Direito à Educação; Inclusão.

A temática das desigualdades escolares sempre esteve presente nas discussões da educação brasileira, especialmente pelo seu histórico de democratização tardio no contexto regional e mundial. A complexidade das desigualdades em suas múltiplas dimensões são um desafio constante na garantia do direito à educação no território nacional. As discussões sobre a expansão e a democratização escolar estavam presentes desde o século XIX, porém ganharam fôlego ao longo do século XX. Ao final do século XX, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, na década seguinte, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a Educação Básica e, de forma mais consistente, a etapa do Ensino Fundamental, foram focos contínuos de investimentos para garantia de acesso, permanência e

êxito de crianças e jovens em todo o território nacional. E as duas primeiras décadas do século XXI se destacam pelas políticas de inclusão no campo educacional brasileiro, não restritas ao campo da Educação Especial, mas amplamente direcionadas a grupos historicamente excluídos dos espaços escolares comuns (LOPES; FABRIS, 2013).

No contexto de democratização escolar, expansão e universalização das diferentes etapas, níveis e modalidades educacionais no Brasil, as desigualdades escolares se renovam e, a cada momento histórico, estão envolvidas em novos desafios a serem contemplados pelas políticas educacionais vigentes. O atual PNE indica avanços e, ao mesmo tempo, lacunas para as quais novas intervenções devem ser pensadas. Para as análises aqui apresentadas, o foco central é a análise das desigualdades escolares em indicadores educacionais relativos ao período vigente do PNE. No recorte investigativo proposto, destacam-se as questões relativas ao território e às variáveis geográficas sobre a etapa do Ensino Fundamental no estado de Santa Catarina, especialmente em relação à região geográfica do Planalto Serrano.

O objetivo é analisar indicadores educacionais relativos à garantia do direito à educação na etapa do Ensino Fundamental no vigente PNE, desdobrando-se em um objetivo específico: analisar a produção de desigualdades escolares na Educação Básica, com foco na etapa do Ensino Fundamental na região do Planalto Serrano de Catarina, a partir das metas estipuladas pelo PNE. A materialidade é composta por indicadores apresentados no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2022) e tem como foco a Meta 3 do PNE, relativo à etapa do Ensino Fundamental e demais bases de dados públicas nacionais e estaduais. O PNE e seus respectivos ciclos de monitoramento também são tomados como parâmetros para a conjugação de dados regionais e/ou locais (BRASIL, 2022).

O resumo inicia com a apresentação das definições teóricas e metodológicas a partir das quais são realizadas as análises. E, na sequência, expõe análises iniciais dos dados já sistematizados. Finaliza tecendo considerações teóricas e possibilidades de continuidade das investigações sobre as desigualdades escolares. Conclui-se que no estado de Santa Catarina (Planalto Serrano), há locais vulneráveis invisibilizados pela condição estatística destacada do respectivo estado no cenário nacional.

De acordo com Dubet (2020, p. 48) “as desigualdades podem ser caracterizadas pela sua amplitude, pela sua natureza e pelo seu sistema”. Para o autor, há uma transformação em curso acerca da compreensão contemporânea do sistema de desigualdades, pois “além de seu próprio crescimento, a passagem progressiva dos sistemas das desigualdades de classe ao sistema das desigualdades múltiplas permite entender melhor a experiência das desigualdades” (DUBET, 2020, p. 48). Na caracterização desse sistema, Dubet (2020) afirma

que as desigualdades são múltiplas, porém não homogêneas; se individualizam, pois se movem da posição exclusiva de classe para os indivíduos. No afastamento das categorias coletivas, as desigualdades passam a ser vividas como desafios pessoais e, conseqüentemente, tendem a ser subjetivamente mais cruéis (DUBET, 2020). Para o autor, a análise desde a perspectiva das desigualdades múltiplas não se trata de uma evolução pós-moderna, tampouco pós-capitalista. Em suas palavras,

Ela prolonga e acentua as características da modernidade. Ela promove ainda mais o indivíduo, sua autonomia e sua singularidade, como representação de si. Ela acompanha a providência democrática defendendo a prioridade da igualdade. Ela exacerba a performance ou o mérito como princípios de atribuição estatutária. Neste sentido, o sistema das desigualdades múltiplas não é uma crise ou um momento difícil a ser enfrentado, mas uma característica estrutural de nossas sociedades” (DUBET, 2020, p. 49).

Nessa perspectiva, identifica-se um paradoxo no qual os sujeitos estão inseridos: mais complexo e menos homogêneo do que aquele de configurações sociais e políticas precedentes. A leitura das desigualdades no contexto de universalização e expansão da etapa do Ensino Fundamental permite inferir que, com a quase-universalização do acesso à etapa do Ensino Fundamental, o próprio espaço escolar passa a engendrar novas formas de seleção escolar, ora mais, ora menos sutis, pois “ao se abrir, a escola mudou o modo de produção das desigualdades” (DUBET, 2020, p. 44). Compreende-se que “a formação das desigualdades é antes um efeito de agregação de pequenas desigualdades do que efeito de estrutura” (DUBET, 2020, p. 43). Para o autor,

O efeito das desigualdades sociais sobre as desigualdades escolares não desapareceu, mas o modo de produção das desigualdades se transformou com a massificação: a triagem não se faz mais a montante da escola, mas ao longo dos próprios estudos, com um efeito desmultiplicador das pequenas desigualdades, que apaga as desigualdades de classe, diluindo-as dentro do próprio percurso (DUBET, 2020, p. 43).

Segundo o autor, nos encontramos numa situação paradoxal: o agravamento mais ou menos intenso das desigualdades se conjuga com o esgotamento de um certo sistema de desigualdades formado nas sociedades industriais: o das classes sociais. Mesmo que as desigualdades sociais pareçam inscritas dentro da ordem estável das classes e de seus

conflitos, as clivagens (formações de grupos sociais distintos e, com frequência, opostos) e as desigualdades hoje em dia não param de se multiplicar, e cada indivíduo é, de certo modo, afetado por várias entre elas (DUBET, 2020, p. 11).

O vigente PNE (2014-2024) define a seguinte meta em relação à etapa do Ensino Fundamental (Meta 2): universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. Em uma análise ampliada e atualizada dos indicadores relativos a essa meta, destaca-se que

O Brasil retrocedeu na cobertura educacional da população de 6 a 14 anos de idade de 98%, em 2020, para 95,9%, em 2021, reflexo da crise escolar causada pela pandemia de Covid-19 (Gráfico 1). Esse recuo ocorrido em apenas um ano, representa, em perspectiva histórica, um retrocesso de cerca de dez anos no indicador, visto que, para 2011, ele foi estimado em 96,1% (Brasil. Inep, 2019). Observa-se no período analisado um avanço gradativo do indicador, que é interrompido em 2021, sendo acompanhado do aumento do contingente da população na faixa etária de 6 a 14 anos de idade fora da escola sem ter completado o ensino fundamental. Esse contingente, estimado em cerca de um milhão de crianças e jovens, representa o dobro do que havia em 2020 (BRASIL, 2022, p. 66).

Apesar desse retrocesso considerável em relação a importantes indicadores das metas estipuladas em relação ao Ensino Fundamental, o estado de Santa Catarina, de um modo geral, se destaca em relação a indicadores na respectiva etapa da Educação Básica. As taxas de alfabetização são destaques no panorama nacional. De acordo com os Gráficos 1 e 2, tanto a região Sul do Brasil quanto o estado de Santa Catarina se destacam no cenário nacional em relação aos índices de alfabetização de sua população. A partir do mapeamento de índices voltados à educação, economia/renda e qualidade de vida, destaca-se que a região do Planalto Serrano apresenta os piores desempenhos no estado. No contexto local e regional de Santa Catarina, a região se destaca pelos indicadores gerais e educacionais abaixo da média estadual e nacional.

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, o estado de Santa Catarina figura entre os três melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país, no mínimo, desde o ano de 2010, atrás de São Paulo e do Distrito Federal. O IDHM é um índice calculado a partir de indicadores de três dimensões: longevidade, educação e renda. Na Tabela 1, é possível observar as cidades que compõem a região do

Planalto Serrano na comparação com o IDHM nacional e estadual relativos aos dados do ano de 2010. O conjunto de cidades que figuram na respectiva região estão todos abaixo e/ou muito abaixo do índice estadual.

Segundo os estudos de Rodolfo e Teixeira (2011) sobre as desigualdades regionais no estado de Santa Catarina na perspectiva do desenvolvimento econômico, há um crescimento geral do estado catarinense desde os anos 2000 tanto na região Sul quanto no cenário nacional, concomitante ao crescimento e agravamento de desigualdades regionais. A trajetória de crescimento maior que o nacional, anteriormente referida, foi acompanhada por um aumento das desigualdades locais no estado. Embora ainda se posicione como bem distribuído em relação ao Brasil, Santa Catarina possui, cada vez mais, desigualdades importantes, que serão reveladas pela análise da participação dos municípios no PIB estadual (RODOLFO; TEIXEIRA, 2011, p. 11). No que tange aos aspectos educacionais e escolares, a região apresenta indicadores que apontam para uma dinâmica semelhante à econômica e de desenvolvimento geral, tal qual apontam os dados até então analisados.

O PNE, além das setas específicas voltadas ao Ensino Fundamental, prevê uma elevação gradativa do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para o ano de 2021, o PNE estipula o índice 6 para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e 5,5 para o Ensino Fundamental (Anos Finais). Como se observa nas Tabelas 2 e 3, apenas 5 municípios da região serrana atingiram a meta estipulada para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental; em relação aos Anos Finais do Ensino Fundamental, todas as cidades da região estão abaixo da meta definida. Além do IDEB, outras taxas presentes nos dados do Censo Escolar de 2022 (BRASIL, 2023) reiteram essa dinâmica de índices locais distintos dos estaduais e regionais: distorção idade-série; rendimento; transição, etc. Por ora, os estudos empreendidos permitem inferir que, a partir da análise de dados regionais do Planalto Serrano de Santa Catarina, há locais vulneráveis invisibilizados pela condição estatística destaca do respectivo estado no cenário nacional.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/> Acesso em: 12 Abr. 2024.
- BRASIL. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 12 Fev. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/> Acesso em: 10 Abr. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2022** - Resultados, 2024. Brasília, 2 Mai. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais> Acesso em: 10 Jul. 2024.

DUBET, François. **O Tempo das Paixões Tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.

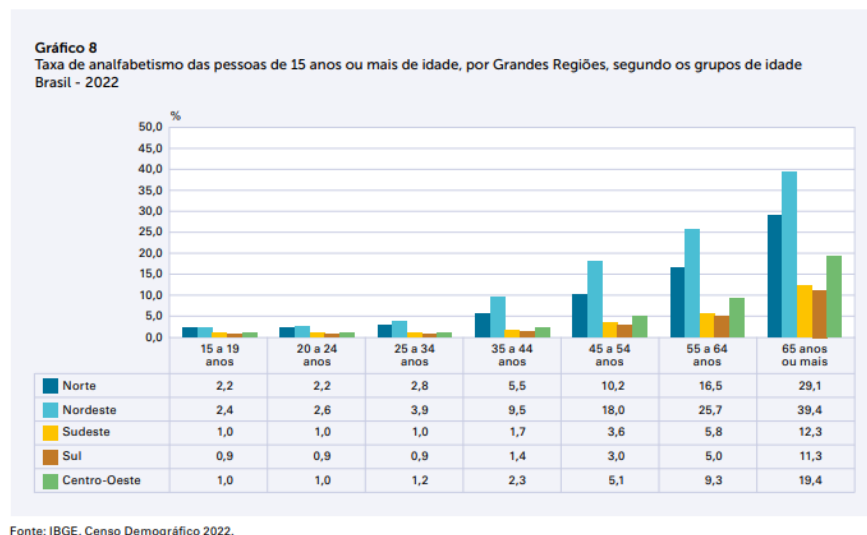
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: alfabetização: resultados do universo - 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli H. **Inclusão e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RODOLFO, Fabiano; TEIXEIRA, Felipe Wolk. Santa Catarina: desigualdades regionais no contexto da política de descentralização. In: **Repositório de Artigos Científicos do Núcleo de Estudos em Economia Catarinense da Universidade Federal de Santa Catarina (NECAT/UFSC)**, 2011. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/artigos-cientificos/> Acesso em: 6 jan. 2023.

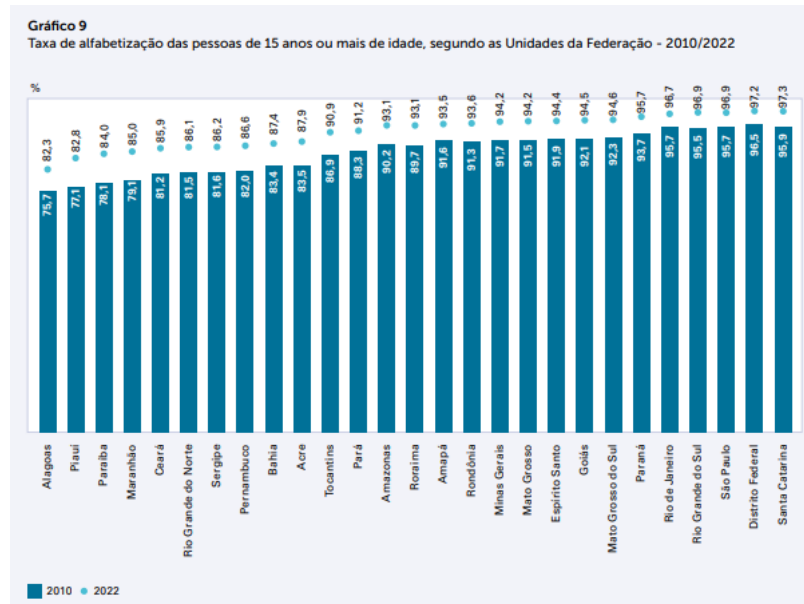
GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Taxa de Analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade por regiões e idade. Brasil - 2022



Fonte: IBGE (2024, p. 37).

Gráfico 2: Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as UF - 2010/2022



Fonte: IBGE (2024, p. 38).

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 (Planalto Serrano - SC)

Território	IDHM - 2010
Santa Catarina	0,792
Lages	0,77
Correia Pinto	0,741
Otaclio Costa	0,74
Brasil	0,727
Curitiba	0,721
Bom Retiro	0,699
Urupema	0,699
Bom Jardim da Serra	0,696
Urubici	0,694
Anita Garibaldi	0,688
São Joaquim	0,687
Ponte Alta	0,673
Palmeira	0,671
Painel	0,664
Capão Alto	0,654
Rio Rufino	0,653
Bocaina do Sul	0,647
Campo Belo do Sul	0,641
São José do Cerrito	0,636
Cerro Negro	0,621

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 2: IDEB Planalto Serrano/SC - Ensino Fundamental (Anos Iniciais) - 2021

Território	IDEB EF (Anos Iniciais) 2021
Santa Catarina	6,5
Palmeira	6,3
Otacílio Costa	6,1
Bom Jardim da Serra	6,1
São José do Cerrito	6,1
Anita Garibaldi	6
Correia Pinto	5,8
Brasil	5,8
Campo Belo do Sul	5,8
Lages	5,7
Urubici	5,6
Curitibanos	5,5
São Joaquim	5,3
Ponte Alta	5,3
Bom Retiro	5,2
Urupema	5,2
Bocaina do Sul	5,2
Painel	5
Capão Alto	4,4
Rio Rufino	
Cerro Negro	

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3: IDEB Planalto Serrano/SC - Ensino Fundamental (Anos Finais) - 2021

Território	IDEB EF (Anos Finais) 2021
Santa Catarina	5,3
São José do Cerrito	5,1
Brasil	5,1
Otacílio Costa	4,8
Curitibanos	4,6
Correia Pinto	4,5
Lages	4,5
São Joaquim	4,5
Ponte Alta	4,5
Bom Jardim da Serra	4,4
Anita Garibaldi	4,3
Bocaina do Sul	4,1
Campo Belo do Sul	3,9
Urubici	3,8
Palmeira	
Bom Retiro	
Urupema	
Painel	
Capão Alto	
Rio Rufino	
Cerro Negro	

Fonte: Elaborado pela autora.